

**Expresso**

28-01-2012

**Periodicidade:** Semanal**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 131300**Temática:** Justiça**Dimensão:** 1111**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/17

## Inspeção do Trabalho investigada por corrupção

**Denúncias de favorecimento e tráfico de influências na Autoridade para as Condições do Trabalho estão a ser alvo de inquérito**

O inspetor-geral do Trabalho instaurou um processo de inquérito para averiguar se têm fundamento os *mails* anónimos que, nos últimos meses, alertaram para irregularidades na contratação de empresas e financiamento de projetos sem concurso ou publicitação. P17

**Investigação** Denúncias de tráfico de influências e favorecimento no financiamento de projetos levam inspetor-geral a abrir um inquérito

# Suspeitas de corrupção na Inspeção do Trabalho

Textos **JOANA PEREIRA BASTOS**  
Foto **NUNO BOTELHO**

O inspetor-geral do Trabalho, José Luís Forte, instaurou na semana passada um processo de inquérito para investigar suspeitas de corrupção, tráfico de influências e favorecimento dentro da própria Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), nomeadamente na contratação de empresas e no financiamento de projetos, por ajuste direto e sem publicitação. As suspeitas têm vindo a ser levantadas nos últimos meses através de denúncias anónimas enviadas por correio eletrónico a todos os trabalhadores da antiga Inspeção-Geral do Trabalho.

O último *e-mail*, de 19 de janeiro, foi também enviado para o ministro da Economia e do Emprego, que tutela a ACT, assim como para outros responsáveis do Governo, grupos parlamentares e Departamento Central de Investigação e Ação Penal, que investiga os crimes mais graves e complexos.

“Nessa denúncia anónima são referidos diversos factos suscetíveis de se configurarem como eventuais ilícitos criminais e também disciplinares. Nessa conformidade, venho por este meio informar todos os dirigentes e trabalhadores da ACT que determinei a instauração de processo de inquérito (...) e a efetivação de participação criminal”, refere José Luís Forte, que é também procurador da República, numa nota informativa de 20 de janeiro, a que o Expresso teve acesso.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA, QUE TUTELA A ACT, RECEBEU AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO, MAS DIZ NÃO TER CONHECIMENTO DE NENHUM INQUÉRITO**

O *e-mail* enviado um dia antes faz referência a projetos de dezenas ou, em alguns casos, centenas de milhares de euros que a ACT financiou — como a produção de brochuras e materiais de promoção, a elaboração de manuais ou a realização de estudos — a empresas e outras entidades detidas por familiares ou amigos de dirigentes da ex-Inspeção-Geral do Trabalho, em processos considerados opacos, feitos sem concurso e publicitação. A denúncia indicia que, apesar de pagos, alguns dos projetos nunca chegaram a concretizar-se.

## Negócios que lesam o Estado

As primeiras suspeitas foram levantadas num outro *e-mail* anónimo enviado em outubro e que motivou, na altura, um abaixo-assinado, subscrito por quase 40 funcionários da ACT, a exigir o esclarecimento do caso. Em dezembro, o coordenador-executivo da Autoridade, Luís Nascimento Lopes, concluiu numa nota interna enviada ao inspetor-geral haver fundamento para a abertura de um inquérito para apurar situações de “tráfico de influências, favorecimentos ou quaisquer outros elementos que possam indiciar atos de corrupção”.

No documento, o número dois da ACT refere ainda que a divulgação das suspeitas provocou um ambiente “crispado e tenso” dentro dos serviços. Ao Expresso, alguns funcionários que pediram o anonimato dizem ter-se instalado um “clima de conflito aberto e perseguição” a trabalhadores, acusados de estarem ligados às denúncias. Nas últimas semanas, alguns foram mudados de departamento e três apresentaram a demissão.

Contactado pelo Expresso, o inspetor-geral do Trabalho não quis fazer comentários. O Ministério da Economia e do Emprego também recusou, alegando ter recebido as denúncias, mas não ter conhecimento do processo de inquérito atualmente a decorrer, apesar de ser sua a tutela da ACT.

Esta não é, no entanto, a primeira vez que recaem suspeitas de irregularidades na contratação de serviços e empresas por parte da Autoridade, a quem cabe fiscalizar as condições de trabalho e o cumprimento da lei em empresas privadas. Em maio do ano passado, na se-

## Construção com mais infrações

Criada em 2006, a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) resultou da fusão da antiga Inspeção-Geral do Trabalho e do Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. Com 348 inspetores espalhados por todo o país, cabe à ACT fiscalizar as relações laborais e o cumprimento da lei nas empresas privadas, por exemplo no que diz respeito às condições de segurança, à contratação de trabalhadores ou à legalidade dos despedimentos. No ano passado, os inspetores do trabalho fiscalizaram, por iniciativa própria ou a partir de denúncias, mais de 37 mil empresas de todos os setores. Com 3188 infrações detetadas, a construção civil foi o sector que registou mais atropelos à lei, seguido das empresas de prestação de serviços, da indústria hoteleira e do comércio a retalho. No total, foram detetadas 17.607 violações da lei. Em 2010, tinham sido 19.047.

quência de uma outra denúncia, a Inspeção-Geral das Finanças (IGF) abriu uma averiguação e concluiu haver “indícios de violação de alguns deveres gerais” na contratação de uma empresa de consultadoria, sem parecer prévio e obrigatório do Governo.

No relatório, a que o Expresso teve acesso, a IGF refere que o Estado foi lesado com essa contratação. O negócio foi declarado nulo e a empresa em causa intimada a devolver os mais de 20 mil euros que já tinha recebido da ACT. A Inspeção-Geral das Finanças propôs ainda à então ministra do Trabalho e da Solidariedade Social — que na altura detinha a tutela da Autoridade para as Condições do Trabalho — a “eventual instauração de processos de inquérito disciplinar” aos dirigentes daquela entidade.

jbastos@expresso.imprensa.pt

